Mais uma PEC contra a presença de mulheres e negros na política brasileira

Não bastassem os mais variados indicadores revelando as desigualdades de gênero e raça existentes no Brasil, agora o País assiste a uma nova Proposta de Emenda Constitucional, desta vez, ameaçando concretamente os esforços realizados para promover a participação de mulheres, LBTI e pessoas negras na política. A PEC 9/23 pretende conceder anistia aos partidos que não cumpriram a cota de financiamento de candidaturas ou não destinaram os valores mínimos em razão de sexo, sexualidade e raça nas eleições do ano passado. Estão sugeridas as seguintes mudanças na EC 117/2022 (aquela que de forma propositiva aprovou o apoio financeiro isônomico às candidaturas de mulheres e negros):

"Art. 3º Não serão aplicadas sanções de qualquer natureza, inclusive de devolução e recolhimento de valores, multa ou suspensão do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, aos partidos que não preencheram a cota mínima de recursos ou que não destinaram os valores mínimos em razão de sexo e raça nas eleições de 2022 e anteriores". (NR)

"Art. 4º Não incidirão sanções de qualquer natureza, inclusive de devolução e recolhimento de valores, multa ou suspensão do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, nas prestações de contas de exercício financeiro e eleitorais dos partidos políticos que se derem anteriormente a promulgação desta alteração de Emenda Constitucional". (NR) (PEC 09/2023. p. 01).

Tal proposta, que sacramenta a prática deletéria de perdão aos partidos políticos por descumprimento de norma legal, surge um ano após a aprovação de outra - a PEC 18/21, que abriu o precedente para o não cumprimento das cotas de financiamento de gênero, LBTI e raça pelos partidos.

Os dados comprovam a tragédia anunciada. A maioria dos partidos políticos descumpriu a lei eleitoral brasileira que estabelecia o repasse de, no mínimo, 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas e do Fundo Partidário para candidaturas de pessoas negras nas eleições de 2022. Ou seja, mesmo com a obrigação legal, muitos partidos simplesmente não cumprem a cota estabelecida por lei e isso está diretamente ligado ao fato de que, quando se trata de políticas afirmativas para mulheres, LBTI e negros, os partidos sempre contam previamente com alguma anistia. E, na prática, é verdade: a anistia sempre vem.

A Tenda das Candidatas e a Plataforma dos Movimentos Sociais Por Outro Sistema Político se unem para barrar esse retrocesso. A Tenda das Candidatas é um projeto social que atua preparando mulheres para o campo político-eleitoral que luta pela barragem de retrocessos ligados aos direitos de mulheres, LBTI e pessoas negras na política. A articulação d'A Tenda vem desde a reforma eleitoral de 2021.

A Plataforma reúne mais de 130 organizações e movimentos e luta desde a sua fundação em 2004 para enfrentar a sub-representação de mulheres, LBTI e pessoas negras nos espaços de poder, e neste momento, se soma contra o retrocesso contínuo. As organizações em questão acompanham desde o início a votação do texto legislativo e chamaram atenção para o impacto negativo da proposta.

A principal crítica d'A Tenda contra a PEC 18/21 era o problema de não estipular uma sanção para quem descumprisse a norma e "perdoar" os partidos que não haviam cumprido-as nas últimas eleições. A organização afirmou que essa medida enfraqueceria a lei de cotas de financiamento de gênero, e raça e incentivaria os partidos a não cumpri-las no futuro. Dito e feito. Nesse momento, essa é a questão principal no embate contra a PEC 9/23. A organização vê a proposta como inadmissível e capaz de enfraquecer ainda mais as políticas afirmativas pela equidade de gênero, LBTI e raça na política, sem a qual a nossa democracia continuará em risco.

A PEC foi protocolada pelo deputado Paulo Magalhães (PSD-BA) e assinada por deputados dos partidos de oposição (PL) e do governo (PT), além de parlamentares do PSD, Republicanos, MDB, PP, Podemos, PV, PSOL, União Brasil, PSDB, Avante, PDT e PSB. Traduzindo a sopa de letrinhas e uma previsão prática, é possível dizer que, infelizmente, esse texto tem força para ser aprovado.

Toda a movimentação pela anistia dos partidos políticos que não cumpriram a cota de financiamento demonstra, mais uma vez, o que as ativistas pela equidade de gênero e raça na política já alertavam: que estamos diante de um sistema incapaz de provocar mudanças significativas na estrutura patriarcal, LBTIfóbica e racista da política brasileira.

A tramitação da PEC 9/23 pode representar mais uma derrota na luta pela inclusão efetiva das mulheres e pessoas negras na política nacional. Uma mudança real depende de medidas mais amplas e robustas contra as desigualdades. Mas, por enquanto, vemos mais do mesmo: partidos se aproveitam de brechas e falta de sanção das leis já implementadas para não destinarem recursos financeiros e políticos para mulheres, LBTI e negros. E assim, segue e se reforça o padrão de exclusão (e não apenas sub-representação) de gênero, identidade de gênero, orientação sexual e raça na política brasileira, que atinge de forma mais violenta as mulheres negras, que apesar de estarem na base da pirâmide social representam 28% da população, ou seja, o maior grupo demográfico brasileiro e mais sub-representado na política.

A Tenda das Candidatas

Plataforma dos Movimentos Sociais Por Outro Sistema Político